Aos vinte e um dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e treze, segunda-1 2 feira, reuniu-se a edilidade carmense, no Plenário Eliaquim Gomes Carolino, localizado na sede da Câmara Municipal, na Rua Prefeito Ismael 3 Furtado, número trezentos e trinta e cinco, Centro, em Carmo do Paranaíba, 4 Minas Gerais, em Sessão Extraordinária, conforme convocação feita pelo 5 Ofício Circular nº 002/2013, de quatorze de janeiro de dois mil e treze. 6 Feita a chamada nominal, a Secretária Maira Bethânea Braz de Queiroz verificou a presença dos Vereadores: Adeli Rodrigues de Souza Filho, 8 Augusto Silva Brandão, Ciro Braz Cardoso, Jader Quintino Alves, João 9 Dias da Silva Filho, Julio Cesar Moraes Gontijo, Paulo Soares Moreira, 10 Romis Antônio dos Santos e Silas Silva Rezende. Em seguida, o Presidente 11 João Dias da Silva Filho iniciou a Sessão às dezoito horas e nove minutos e 12 13 pronunciou a seguinte invocatória do Regimento Interno: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Carmo do Paranaíba, declaro aberto os 14 trabalhos". Em seguida, convidou a todos a ficarem de pé para ouvir um 15 trecho bíblico e a oração do Pai Nosso ofertados pela Secretária Maira 16 Bethânea Braz de Queiroz. O diretor geral da Câmara Municipal João 17 18 Batista Fernandes pediu aos Vereadores que quando forem se pronunciar. que falem mais próximo ao microfone, para que a gravação de mídia digital 19 fique compreensível a todos, especialmente para a secretária. A Secretária 20 ratificou o pedido do Diretor Geral. Logo após, a Secretária registrou a 21 presença do Vereador Danilo de Oliveira. Após, a ata da reunião 22 extraordinária ocorrida no dia quatorze do mês de janeiro de dois mil e 23 treze, foi colocada em apreciação. O Presidente solicitou a Secretária que 24 fizesse a leitura da ata. Após a leitura a ata foi aprovada e assinada por 25 todos os vereadores que da reunião participaram. A seguir, o Presidente 26 colocou em apreciação o PROJETO DE LEI Nº 001/2013, de autoria do 27 Poder Executivo que, "Concede dispensa e redução dos tributos em mora 28 29 do Município de Carmo do Paranaíba, nas condições que especifica, e dá outras providências", e solicitou à secretária que fizesse a leitura do 30 referido projeto. A leitura foi dispensada pelo Plenário. Em seguida, o 31 Presidente solicitou a Comissão Especial nomeada pela Portaria 32 n°009/2013 que ofertasse Parecer de Legalidade ao Projeto de Lei. A 33 Comissão Especial ficou assim composta: vereador Paulo Soares Moreira 34 como presidente; vereador Romis Antônio dos Santos como Relator; 35 vereador Adeli Rodrigues de Souza Filho como Membro. A Comissão 36 especial ofertou parecer favorável de legalidade ao referido projeto. Dando 37 sequência, o Presidente colocou o Projeto de Lei nº 001/2013 em primeira 38 discussão. O vereador Silas pronunciou dizendo que se analisado friamente 39 o projeto de lei supracitado é um incentivo para que os cidadãos não 40 paguem mais seus impostos. Continuando, o vereador justificou que todos 41

Took Gunting Mo

os cidadãos tem que estar em dia com suas obrigações, inclusive com o pagamento de impostos. Retirar as multas e os juros dos cidadãos é uma maneira de incentivar o não pagamento de tributos, gerando para o município não um aumento, mas sim uma diminuição de receita. O vereador pediu que seus colegas pensassem bem antes de votar o Projeto. O vereador Julio Cesar pediu aos vereadores que pensassem bem antes de votar o projeto, pois o mesmo em sua forma original, não especifica quem são os devedores de tributos. Disse que seria apresentada uma emenda pelo vereador Ciro com o objetivo de beneficiar a população de baixa renda, respeitando o princípio da isonomia. O vereador Danilo de Oliveira disse que é um dos devedores de tributos e deve dar prioridade de isenção para os mais humildes. O vereador Ciro disse que vê no projeto de lei vícios de ordem legal, pois o mesmo contempla vereadores inadimplentes. O vereador João Dias justificou a sua situação. No entendimento do vereador Ciro o projeto contempla vereadores e seus parentes e, portanto, sendo de interesse próprio, os mesmos não poderiam votar a favor do projeto. O vereador Silas sugeriu a retirada de pauta da proposição, até que todos os vereadores e seus parentes em terceiro grau regularizem suas dívidas junto ao município. O Vereador Julio disse que regularizaria seus débitos. O vereador João Dias retirou o projeto de pauta a pedido do vereador Silas, Silva Rezende e marcou uma reunião extraordinária a se realizar no dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e treze, às dezoito horas. O vereador Paulo Soares Moreira conclamou que todos os vereadores quitassem seus débitos junto ao município, para não legislarem em causa própria. O vereador Silas sugeriu que o vice-prefeito também regularize a sua situação. Em seguida, a vereadora Maira deixou registrado que as duas emendas substitutivas ao projeto de lei foram distribuídas aos vereadores. Na sequência, o Presidente solicitou a Secretária que fizesse a leitura das correspondências. A secretária fez a leitura do Oficio nº 02/SecCiv/2013, datado de sete de janeiro de dois mil e treze, do juiz da Comarca de Carmo do Paranaíba, Dr. Denes Marcos Vieira, solicitando estagiários da Câmara Municipal, para o fórum local. O vereador Danilo de Oliveira se pronunciou, dizendo que acha a situação um absurdo e que a prefeitura não tem recursos para arcar com esses custos, que a responsabilidade é do Estado que, aliás, tem um recurso maior. O vereador Ciro disse que deficiências na União e no Estado existem e que a cessão de estagiários como pedido pelo juiz irá acelerar a prestação jurisdicional. O vereador Julio disse que a abertura da Vara Criminal foi muito importante para a cidade, disse também que o Centro de Atenção ao Cidadão realiza um trabalho muito importante, se posicionado a favor da manutenção do referido centro para beneficiar a população de baixa renda. O Presidente ressaltou que a manutenção do CAC é inconstitucional e solicitou à Secretária que lesse as respostas de alguns questionamentos da Mesa

42

43

44

45 46

47

48

49

50

51 52

53

54

55

56

57 58

59 60

61

62 63

64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

Jedn 8/2

Diretora a respeito do CAC feitos à consultora jurídica da Câmara Municipal Dra. Janaína Ferreira de Oliveira. A Consultora sugeriu que os vereadores opinassem a respeito do ocorrido. A advogada do CAC, Dra. Priscila se posicionou ressaltando que a população precisa de uma resposta urgente sobre seus processos em andamento. Questionou aos vereadores a respeito da situação do CAC, que está fechado desde o dia primeiro de janeiro. O vereador Ciro disse que a manutenção do CAC pelo poder legislativo é ilegal, concordando com a Dra. Janaína e confirmando que se deve fazer a transferência desta responsabilidade para o Poder Executivo. O vereador Paulo concorda com continuidade do CAC, mas dentro da legalidade. O Presidente João Dias disse que tem ciência da situação do CAC, lembrando aos vereadores que o Centro prestou um importante servico social à população, disse também que está disposto a correr o risco em reabrir o CAC, desde que todos os vereadores concordem em apoiá-lo. O vereador Silas disse que se deve pensar a respeito da legalidade da questão e que é prudente preservar a imagem do poder legislativo. O vereador Julio sugeriu que seja feita a reabertura do CAC para que a população não perca o andamento dos processos e seja marcado um tempo hábil para a transferência do CAC para o poder executivo. O vereador Paulo disse que se deve levar a situação ao conhecimento do prefeito e aguardar sua resposta. O vereador Ciro concordou com o vereador Paulo/ dizendo que é importante observar o parecer da Dra. Janaína, que os todos estão cientes que o CAC não é atribuição da Câmara. O vereador Paulo disse que a reposta do prefeito deve ser por escrito. O vereador João Dias disse que os estagiários continuarão a ser mantidos pela Câmara. O vereado Paulo perguntou a Dra Janaína sobre a legalidade da contratação dos estagiários. A Dra. Janaína disse que é viável porque existe dotação específica. Ficou decidido que a situação ia ser repassada para o prefeito, e que os vereadores dependiam de sua resposta para tomarem decisões na reunião extraordinária a realizar-se no dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e treze às dezoito horas. Por não haver mais nada a tratar, o Presidente agradeceu e declarou a reunião encerrada às dezenove horas e trinta e cinco minutos. A Secretária da Mesa Diretora, Maira Bethânea Braz de Queiroz, redigiu e lavrou a ata e, sendo aprovada, seguirá assinada pelos vereadores que da reunião participaram. Foram registradas nesta ata apenas as considerações inerentes aos trâmites legais do processo legislativo, já que atas são os registros dos principais pontos decididos em reuniões. Contudo, quaisquer informações ou fatos julgados omissos na presente ata estarão registrados em gravação fonográfica, arquivada sob a forma de mídia digital na Secretaria da Câmara Municipal, constituindo-se, também, prova documental de pleno valor, conforme prescreve o artigo duzentos e vinte e cinco do Código Civil Brasileiro. Qualquer cidadão que se interesse, em sentido particular, coletivo ou geral, terá livre acesso às referidas

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

Rodn B. B.

gravações, conforme prescreve o artigo quarto e o artigo vinte e dois da Lei 128 Federal nº 8.159, de oito de janeiro de mil novecentos e noventa e um, que 129 dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá 130 outras providências. Carmo do Paranaíba, Minas Gerais, aos vinte e um 131 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze. 132 Adeli Rodrigues de Souza Filho Ciro Braz Cardoso Danilo de Oliveira Vereador Vereador Vereador Julio Cesar Moraes Gontijo Paul Soares Moreira Jader Quintino Alves Vereador Vereador Romis Antônio dos Santos Vereador Vereador

> João Dias da Silva Filho Presidente

Augusto Silva Brandão Vice-presidente

Maira Bethânea Braz de Queiroz

Secretária